

INOVAÇÕES NA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

A iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia” mostra como surgem novos arranjos de atores – envolvendo governos, mercado, sociedade civil, academia e mídia – para lidar com desafios de sustentabilidade, em especial, em um contexto complexo em sua diversidade como é a Região Amazônica.

Livia Menezes Pagotto – Gerente-sênior de Conhecimento do Instituto Arapyau e pesquisadora de pós-doutorado no Cebrap.

E-mail: liviapagotto@gmail.com

Izabella Teixeira – Sênior-fellow do Instituto Arapyau e ex-ministra do Meio Ambiente.

E-mail: izabella17@me.com

O século XXI vem sendo marcado por incertezas e riscos¹, além de demandantes movimentos por uma nova relação da humanidade com a natureza². Crises sanitárias, ambientais e da democracia surgem a partir do entrelaçamento global no qual a nossa sociedade contemporânea se organiza³. As saídas para esses desafios encontram barreiras no campo das relações políticas e das responsabilidades de governos e do Estado, que partem da percepção de realidades planetárias não uniformes e pouco hegemônicas. Diante da urgência de mudanças para enfrentar esse cenário, fica clara a limitação da capacidade de a comunidade internacional resolver problemas coletivos a partir do modelo atual de protagonismo dos governos nacionais⁴.

No que concerne às questões ambientais, as relações intergovernamentais mostram-se limitadas para encontrar caminhos por algumas razões, a exemplo de: (i) a distribuição socioterritorial e os



Resumo

Objetivo: mostrar os limites do modelo atual de governança em questões ambientais e exemplificar alternativas emergentes com a iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia”.

Estado da arte: o enfrentamento das crises globais ambientais exige mudanças urgentes nos processos de desenvolvimento econômico e social e as relações intergovernamentais têm mostrado exaustão diante dos desafios. A Amazônia ocupa lugar central na atualidade por sua importância para o equilíbrio climático global e é um exemplo da exigência de formas inovadoras de governança para lidar com a complexidade imposta por um contexto de diversidade.

Originalidade: o artigo explora as novas fronteiras de uma governança voltada à valorização do capital natural e da promoção da justiça social a partir da Amazônia.

Impactos: atores dos governos em suas várias instâncias, do mercado e de diferentes esferas da sociedade civil podem se inspirar na iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia” para encontrar novos arranjos de governança para desafios relacionados à sustentabilidade. Além disso, o artigo posiciona o desenvolvimento da Amazônia como tema prioritário para o planejamento e a criação de visão de longo prazo do Brasil.

Palavras-chave: Amazônia, cooperação internacional, desenvolvimento sustentável, governança ambiental, Região Amazônica.

modos de uso dos bens ambientais não respeitam os limites administrativos das fronteiras nacionais; (ii) a governança ambiental considera as regras formais e informais de uso dos recursos naturais, demandando alta porosidade a aspectos culturais e sensíveis na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e privadas; e (iii) o papel das comunidades e dos entes subnacionais na governança dos recursos naturais é extremamente relevante.

A diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade e a circularidade das relações entre sociedades conectadas e interconectadas modelam os possíveis caminhos para um novo entendimento do que é interesse coletivo global frente aos desafios que a agenda ambiental progressivamente impõe. Os novos desafios também pautam uma transição mais justa. As realidades nacionais importam. Para os países em desenvolvimento e economias emergentes, além dessa demanda imposta pelo futuro, tem-se que lidar com os problemas de desenvolvimento não resolvidos no passado. A realidade para esses países exhibe brutais desafios e impõe soluções inovadoras e ousadas que não se limitam às respostas por parte de governos ou dos aparatos estatais.

A complexidade das temáticas ambientais, a exemplo da gestão hídrica transfronteiriça e da gestão transnacional das emissões de gases de efeito estufa, exige participação de atores privados – mercado e sociedade civil – na formulação de políticas de desenvolvimento e de respostas a crises. No caso do enfrentamento às crises globais ambientais – mudança do clima, perda da biodiversidade, desequilíbrio dos serviços ecossistêmicos e poluição – vemos impostas necessidades urgentes de mudança nos processos de desenvolvimento econômico e social. E, no contexto da transição, o processo importa tanto quanto o fim: é sobre qual é a humanidade desejada, mas fundamentalmente como a transição será feita. A natureza parece também estar em transição. A era do Antropoceno não mais se insinua; emerge⁵.

Em 2022, a Conferência de Estocolmo celebrará seus 50 anos e a Conferência Rio 92, seus 30 anos. Mesmo ambos tendo sido fatos extremamente marcantes do ponto de vista da política ambiental global, os maiores desafios das sociedades contemporâneas continuam sendo ressignificar a relação entre economia e natureza, bem como as hierarquias entre ambas⁶, e construir inovadores paradigmas de desenvolvimento cuja espinha dorsal seja a sustentabilidade. Nos últimos anos, o Brasil virou refém de duas armadilhas temporais: de contenção dos retrocessos (particularmente ilustrados pelas políticas ambientais, sociais, educacionais, culturais e de direitos humanos) e de ambição de seu futuro. No caso brasileiro, não há como buscar soluções nacionais robustas e com escala sem a ambição política para um inovador processo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

NOVOS ARRANJOS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

Antes de abordar o papel do Brasil, em especial da Amazônia, no desenho de uma contemporaneidade alinhada aos valores da preservação do capital natural aliado à justiça social, faz-se necessário problematizar os limites da governança dos bens comuns⁷ no contexto das eras climática e digital. De quais instituições, processos políticos e mecanismos de governança precisamos?⁸

As sociedades contemporâneas interconectadas e demandantes de recursos ambientais escassos estão progressivamente mais vulneráveis e submetidas a incertezas e riscos. A sustentabilidade emerge como parametrização à cooperação internacional e consolida-se, ainda, como modeladora de *soft power* entre indivíduos, organizações e nações. Sob a perspectiva da ordem internacional, mudanças geopolíticas estão em curso. Os movimentos de *Green New Deal*, notadamente o europeu e o americano, balizam politicamente a transição que as sociedades experimentam globalmente: economias verdes, justiça ambiental e climática, transição energética, segurança alimentar, descarbonização da economia, novos empregos, novos mundos digitais, do conhecimento e da ciência e uma estética verde de valores e de comportamentos⁹. Na prática, esses movimentos propõem políticas públicas que conjuguem medidas relacionadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas e outros objetivos sociais, como a criação de empregos e a redução da desigualdade social.

No entanto, esses movimentos têm alcance limitado a determinadas nações. Quando se trata da governança global (entendida como aquela que compreende cooperação transfronteiriça e multinível¹⁰), o modelo atual não é suficiente para lidar com as questões dos bens comuns, dos limites planetários e da nossa relação local-global-espacial. A cooperação intergovernamental ainda é refém de velhos ranços e interesses políticos para fazer frente de fato aos desafios que as eras climática e digital impõem à humanidade. Outras lentes precisam ser trazidas para a promoção de inovadoras dinâmicas internacionais.

No século XXI, as expressões da sociedade civil ultrapassam as formas tradicionais de participação social pautadas por uma lógica estadocêntrica. Não há um único *blueprint* para lidar com os desafios socioambientais nos diferentes lugares do globo. Redes policêntricas e novas dinâmicas de governar tais desafios têm se mostrado mais ágeis em sua capacidade de leitura, interpretação e formulação de

respostas à complexidade da realidade ambiental¹¹. Isso significa ir além da cooperação intergovernamental como a conhecemos e a praticamos desde a metade do século XX e reforçar a atuação de atores não-estatais e subnacionais¹².

Essas redes vão de arranjos de diferentes instâncias governamentais até iniciativas que envolvem atores de mercado e da sociedade civil. No âmbito governamental, dois exemplos são a “Iclei Governos Locais pela Sustentabilidade”, rede global de mais de 2.500 governos locais voltados a um desenvolvimento de baixa emissão, equitativo, resiliente e circular; e a “C40 Cities Climate Leadership Group”, rede de prefeitos de quase 100 cidades líderes mundiais que colaboram por meio de compromissos para elevar a ambição climática, mobilização e *advocacy*, e soluções locais. Fora da esfera governamental, cabe citar a “Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura”, movimento brasileiro composto por mais de 300 representantes do setor privado, financeiro, acadêmico e da sociedade civil, com o objetivo de promover sinergia entre as agendas ambientais dos diferentes atores, desenvolver propostas que representam uma agenda comum e de consenso; articular e promover *advocacy*; e disseminar ideias e ações para a sociedade.

A INICIATIVA “UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA”

No Brasil, os desafios para a conservação e uso sustentável do meio ambiente, em especial na Amazônia, demandam arranjos inovadores e únicos de mobilização, participação e de ação pública da sociedade brasileira. Um exemplo desses arranjos é a iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia”¹³. Concebida como espaço plural e democrático para institucionalizar um debate sobre a Amazônia em sua relação com ela própria, com o Brasil e com o mundo, a Concertação cria pontes para que as diferentes visões e propostas para a região sejam postas em diálogo e que intervenções concretas de desenvolvimento sejam formuladas. Assim, a Concertação busca fundamentar dinâmicas de mobilização e de engajamento político de múltiplos grupos de interesses orientados pela construção de fundamentos políticos robustos, permanentes e inovadores do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira e expressos numa cidadania contemporânea.

O engajamento em rede permite a ampliação da capacidade individual de articulação entre recursos e conhecimento para alcançar escala e cooperação inovadora e gerar propostas para o desenvolvimento da região. A iniciativa baseia-se em quatro pilares fundamentais, definidos com base nos aprendizados de redes, projetos passados de desenvolvimento da Amazônia, contornos atuais da economia política e aspectos sociais brasileiros:

- (i) desenvolvimento e compreensão de diversos paradigmas para propor uma agenda capaz de conter a degradação ambiental, conciliando capital natural e justiça social;
- (ii) entendimento dos negócios como um tipo de organização fundamental para o desenvolvimento regional;
- (iii) fortalecimento das capacidades institucionais de organizações públicas estaduais e de não estatais;
- (iv) criação de uma governança, ou seja, mecanismos, arenas, protagonistas e regras formais e informais do jogo de governabilidade da região.

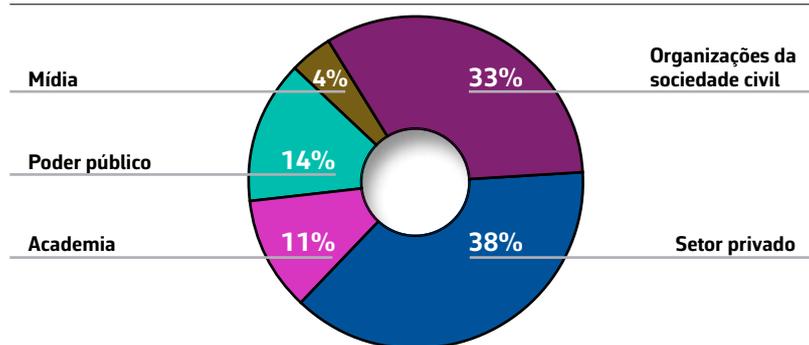
Um aspecto fundamental para fomentar a mobilização desta rede é a compreensão da importância atual da Amazônia para o equilíbrio climático global e para a qualidade de vida não só de sua população, mas do país como um todo¹⁴. Da mesma forma, os seus ativos e fluxos socioambientais são

centrais para a conservação da biodiversidade, para a vitalidade dos serviços ecossistêmicos (em especial, carbono e água) e para a vitalidade das conexões culturais pan-amazônicas.

No entanto, nos últimos anos, acompanhamos a ocorrência da tempestade perfeita na região¹⁵, com aumento do desmatamento¹⁶; aproximação perigosa ao *tipping point*¹⁷ (patamar irreversível); agravamento da pobreza; enfraquecimento ou interrupção de políticas estruturantes nos

Figura 1.

Participantes da iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia”



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

Quadro 1.
Ações da iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia” em 2020 e 2021

GT BIOECONOMIA
<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de <i>framework</i> para bioeconomia na Amazônia; • Realização do 1º Fórum de Inovação em Investimento na Bioeconomia Amazônica; • <i>White paper</i> para a sessão “O que significa bioeconomia?”, do Global Landscape Forum Amazônia 2021.
GT CULTURA
<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação da dimensão cultural, com artes e artistas da Amazônia em todas as ações da “Uma Concertação pela Amazônia” (plenárias, webinars, produtos de conhecimento etc.).
GT EDUCAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Concepção do Programa Itinerários Amazônicos, com foco no ensino médio, abordando aspectos sistêmicos da Amazônia que passem por todas as áreas de conhecimento e dimensões da educação integral, para implementação nas escolas públicas em 2022.
GT ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO
<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento do setor empresarial sobre a Amazônia com base na COP26, que tem como tema central o incentivo ao desmatamento zero e a economia inclusiva e regenerativa.
GT INTELIGÊNCIA POLÍTICA
<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios semanais com resultados do monitoramento executivo, legislativo e debate público.
GT JUVENTUDES
<ul style="list-style-type: none"> • Leitura do documento “Uma Agenda de Desenvolvimento pela Amazônia” a partir das percepções dos jovens.
GT NARRATIVAS
<ul style="list-style-type: none"> • Formulação de narrativas contemporâneas sobre a Amazônia que possam suplantar paradigmas historicamente estabelecidos, auxiliar na reconexão da região com a identidade do cidadão brasileiro e reinserir o Brasil na geopolítica global.
GT ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Guia com quatro perguntas-chave sobre regularização fundiária e mudança de marco legal; • <i>Paper</i> “Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária na Amazônia: do caos à superação”.

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

cultural-identitária, o estabelecimento da região como grande removedora líquida de emissões de carbono, o reforço dos incentivos a todas as atividades econômicas que valorizem a floresta em pé e o resgate e o fortalecimento dos princípios democráticos (especialmente para a sociedade civil, os povos indígenas e as comunidades tradicionais).

No sentido de formular propostas, os mais de 400 integrantes de cerca de 250 organizações da iniciativa “Uma Concertação pela Amazônia” se reúnem periodicamente em encontros plenários (com a participação de toda a rede para o debate sobre macrotemas de interesse comum), em webinários (para tratar sobre assuntos relacionados à pesquisa e ao conhecimento) e em oito grupos de trabalho (GT) (formados organicamente a partir do interesse dos próprios integrantes e com pauta e gestão autodefinidas, sendo eles bioeconomia; ordenamento territorial e regularização fundiária; engajamento do setor privado; cultura; narrativas; inteligência política; educação; e juventudes). Os integrantes da iniciativa (Figura 1.), entre eles ex-ministros, CEOs e artistas ativistas da Amazônia, atuam não necessariamente com a intenção de chegar a consensos sobre as muitas temáticas debatidas. A intenção é a formulação de convergências considerando-se visões diversas sobre uma mesma questão.

A iniciativa parte do pressuposto de que, para fomentar o desenvolvimento de novas propostas para a Amazônia, é necessário: (i) articulação entre recursos financeiros públicos e privados e conhecimentos em suas diversas naturezas e campos para alcançar multiplicação e escala; (ii) valorização da experiência e dos saberes a partir de uma abordagem de paisagem sustentada no tripé técnico-científico, sensível e cultural; e (iii) ampliação da cooperação local-global. Um dos resultados mais expressivos desde a concepção do movimento, em 2020, foi a formulação do documento “Uma Agenda pelo Desenvolvimento da Amazônia”, fruto da captura das propostas de ações concretas para potencializar as sinergias entre as diversas iniciativas e organizações dedicadas à formulação de ações para a Amazônia. O documento exibe um quadro-referência das chamadas “quatro Amazônias” (áreas conservadas,

campos da saúde, educação, do saneamento e da infraestrutura (acesso à energia e conectividade, por exemplo); fragilidade democrática e restrição do espaço cívico de organizações e de indivíduos¹⁸; intensificação de atividades econômicas ligadas a ilícitudes e ilegalidades; desmatamento e degradação ambiental; economia intensiva em carbono¹⁹; e perdas na biodiversidade e nos ecossistemas²⁰. O desmatamento na Amazônia coloca em risco o compromisso (assumido pelo Acordo de Paris) de assegurar que o aumento da temperatura global média não ultrapasse 2°C, quando comparado a níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C²¹.

Para lidar com a complexidade e a diversidade da Amazônia, são pensados caminhos para o desenvolvimento da região partindo de um conjunto de ambições: o aumento da qualidade de vida para a população local, a valorização da dimensão

áreas de transição, áreas convertidas e cidades) como reconhecimento da pluralidade e da diversidade amazônica e um conjunto de frentes de ações específicas²², ações estruturantes²³ e ações transversais²⁴ para “cada Amazônia”. O Quadro 1 ilustra as principais propostas e entregas de cada GT ao longo dos anos de 2020 e 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para trilhar os caminhos da contemporaneidade, o Brasil precisa tratar estrategicamente quatro temas:

- . Atenção aos interesses nacionais nas iniciativas rumo a um mundo descarbonizado e da proteção da natureza;
- . Promoção do desenvolvimento da Amazônia, assegurando a proteção da floresta e a segurança climática do planeta;
- . Ascensão de fronteiras tecnológicas para mitigar as desigualdades na Amazônia, no Brasil e entre os países;
- . Emergência de uma nova cidadania na e da Amazônia e no e do Brasil no contexto das eras digital e climática.

O futuro do Brasil passa (também) pela Amazônia. As decisões certas, de mudanças dos rumos atuais, precisam ser tomadas hoje e adotadas na década de 2020-2030. A sua natureza não pode ser substituída. O futuro está no que está de pé e precisa continuar de pé: floresta, biodiversidade, natureza, povos tradicionais e diversidade étnico-cultural da nossa sociedade.

Desenvolver uma visão coerente e uma estratégia que permitam uma abordagem unificada por meio dos desafios de desenvolvimento da Amazônia sugere ser tema central no debate público do Brasil. Além das realidades nacional e subnacional, a perspectiva internacional requer que essa visão promova um robusto adensamento em torno dos eixos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É essencial, ainda, ter melhor compreensão e domínio da progressiva influência dos temas ambiental e climático no debate multilateral internacional. Não só quanto ao conteúdo, esses temas imprimem novas dinâmicas à cooperação, fortemente influenciada pelos novos papéis conferidos aos atores não-estatais, notadamente o setor privado, as ONGs e a ciência. Aos Estados, além do papel reativo, caberá navegar sob os pressupostos da corresponsabilidade e do coprotagonismo.

Assim sendo, a cooperação internacional em desenvolvimento e meio ambiente para a Amazônia requer inovações em política externa e repactuação regional com os países amazônidas, com espaços políticos bem definidos para o exercício de uma diplomacia especializada e dedicada. Não se faz isso de maneira robusta sem visão nacional e ambição política condutoras de políticas públicas que expressem, com objetividade, o papel da Amazônia nesse realinhamento do país com a contemporaneidade.

A legitimidade política desses novos processos de construção do Brasil contemporâneo requer mais do que o engajamento da nossa sociedade. Demanda o comprometimento de cidadania e de responsabilidade comum em que o exercício do cuidar e do proteger revela os rumos de uma soberania verde, muito além dos territórios, orientada por valores e pela democracia. Demanda novos arranjos sociais e de inclusão política, indo além dos arranjos definidos pela jovem democracia na Nova República.

NOTAS

1. BORTOLUCI, J. H. (2020). A crise contemporânea da democracia: Enquadramento teórico e hipóteses para o caso brasileiro. Working paper. Janeiro.
- RUNCIMAN, D. & FLAKSMAN, S. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. Todavia.
- WORLD ECONOMIC FORUM (2021). The Global Risks Report 2021. 16th Edition. Recuperado de <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>
2. DASGUPTA, P. (2021). *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. HM Treasury.
3. OSTROM, E. (2010). Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. *Global Environmental Change* 20, pp. 550–557.
4. BURCH, S., GUPTA, A., INOUE, C., KALFAGIANNI, A., PERSSON, A., GERLAK, A; ... & ZONDERVAN, R. (2019). New directions in Earth system governance research. *Earth System Governance* 1 100006. *Science Direct*.
5. LATOUR, B. (2020). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial.
- VEIGA, J. E. (2019). *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra*. Editora 34.
6. DASGUPTA, P. (2021). *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. HM Treasury.
7. GIEST, S. & HOWLETT, M. (2014). Understanding the pre-conditions of commons governance: The role of network management. *Environmental Science & Policy* 36, 37-47.
- KASHWAN, P., Mudaliar, P., Foster, S. R., & Clement, F. (2021). Reimagining and governing the commons in an unequal world: A critical engagement. *Current Research in Environmental Sustainability* 3, 100102.
8. BIERTMAN, F. (2019). Editorial to the inaugural issue of ‘Earth System Governance’. *Earth System Governance* (1)1000001.
9. COHEN, D. A. & RIOFRANCOS, T. (2020). Latin America’s Green New Deal. *NACLA Report on the Americas*. 52(2)117-121. DOI: 10.1080/10714839.2020.1768726.
10. OBERTHUR, S., HERMWILLE, L., & RAYNER, T. (2021). A sectoral perspective on global climate governance: Analytical foundation. *Earth System Governance* 8, 100104.

- 11.** JORDAN, A. J., HUITEMA, D., HILDÉN, M., VAN ASSELT, H., RAYNER, T. J., SCHOENEFELD, J. J., ... & BOASSON, E. L. (2015). Emergence of polycentric climate governance and its future prospects. *Nature Climate Change – Perspective*. DOI: 10.1038/NCLIMATE2725
- 12.** BACKSTRAND, K., KUYPER, J., & NASIRITOUSI, N. (2021). From collaboration to contestation? Perceptions of legitimacy and effectiveness in post-Paris climate governance. *Earth System Governance* 9, 100115.
- 13.** UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (2021). Uma Concertação pela Amazônia. Recuperado de <https://concertacaoamazonia.com.br/>.
- 14.** SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON. Chapters in Brief, 2021. Recuperado de <https://www.theamazonwewant.org/>
- 15.** CHIARETTI, D. (2020, junho). Tempestade perfeita atinge a Amazônia. Valor Econômico, São Paulo. Recuperado de <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2020/06/05/tempestade-perfeita-atinge-a-amazonia.ghtml>
- 16.** MAPBIOMAS (2021). MapBiomas Brasil. Recuperado de <https://mapbiomas.org/>
- 17.** LOVEJOY, T. E. & NOBRE, C. (2018). Amazon Tipping Point. Editorial. *Science Advances*, 4(2). DOI: 10.1126/sciadv.aat2340
- 18.** CIVICUS (2020). Civicus Monitor 2020. Recuperado de <https://www.civicus.org/index.php/what-we-do/innovate/civicus-monitor>.
- 19.** SEEG (2021). Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Recuperado de <https://seeg.eco.br/>.
- 20.** IPBES (2019). Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. E. S. BRONDIZIO, J. SETTELE, S. DÍAZ, & H. T. NGO (Eds.). *IPBES secretariat, Bonn, Germany*. 1148 pages. DOI: 10.5281/zenodo.3831673
- 21.** IPCC (2021). Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. V.P., MASSON-DELMOTTE, A., ZHAI, S.L., PIRANI, C., CONNORS, S., PÉAN, N., BERGER, Y., CAUD, L., CHEN, M.I., GOLDFARB, M., GOMIS, K., HUANG, E., LEITZELL, J.B.R., LONNOY, T.K., MATTHEWS, T., MAYCOCK, O., WATERFIELD, R.Y, YELEKÇI, & B. ZHOU (Eds.). Cambridge University Press.
- 22.** Economia; instrumentos fiscais e mecanismos financeiros; ordenamento territorial e regularização fundiária; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura; questões indígenas.
- 23.** Ações de comando & controle do desmatamento e degradação ambiental (*rule of law*); engajamento das populações locais na proteção dos recursos naturais; fortalecimento da formação geral básica e educação profissionalizante; acesso à saúde de qualidade; segurança pública; combate a ilegalidades e ilícitos; e adaptação às mudanças climáticas.
- 24.** Fortalecimento da governança na Amazônia; capacidades institucionais locais e do papel dos municípios; entidades subnacionais; interações com as instâncias de governança internacionais; valorização da cultura; e Amazônia como patrimônio de altíssimo valor para a sociedade como um todo.